

POSFÁCIO

*Maria Augusta Tavares*⁹⁶

Este livro consubstancia um rico debate acerca do envelhecimento e das políticas sociais, visando denunciar as expressões do Estado mínimo, no que tange, predominantemente, à população idosa e, por conseguinte, defender os direitos que se encontram ameaçados pelo fim capitalista, na sua versão neoliberal. Numa interlocução com Marx e marxistas, autor e autoras discorrem sobre temas intrínsecos ao envelhecimento, esse objeto que, malgrado o seu crescimento e importância, ainda é pouco estudado, sobretudo na perspectiva em que o fenômeno, diferentemente das visões biológicas e demográficas, é aqui analisado.

Nesta coletânea, a exemplo do que se lê no capítulo intitulado “Envelhecimento, lutas e questão social na sociedade capitalista”, há uma recusa às visões que padronizam e uniformizam o envelhecimento. Nas palavras das autoras Juciara de Lima Linhares Cunha e Maria do Rosário de Fátima e Silva, são priorizados “os determinantes sócio-históricos, políticos e culturais nos quais os idosos estão inseridos” (p. 118). Ou como trata Jonorete Carvalho Benedito, em “Direitos Sociais dos/as Trabalhadores/as: desmonte das conquistas de outrora no cenário brasileiro”, a condição de classe é determinante no processo de envelhecimento.

Em meio às discussões expostas, que ora abordam o Brasil, ora o mundo, nenhum autor ou autora se aparta da totalidade. É evidente em todos os textos a centralidade da crise capitalista, bem como as políticas neoliberais como o remédio recomendado pelas personificações do capital. Até parece que o neoliberalismo encerra a solução para todos os males sociais. Discutem-se as precariedades do envelhecimento no cenário contemporâneo, sob os aspectos econômico, político e cultural, abordando a situação do trabalhador negro no Brasil, problemas de acessibilidade da pessoa idosa, problemas de saúde, cuidados familiares, assistência social e, é claro, dada a expressiva participação de assistentes sociais, também a atuação do Serviço Social, entre outras particularidades.

Salvo engano, a maior preocupação dos que elaboraram este livro é a PEC 287, substituída pela PEC 06/2019 que, segundo Solange Maria Teixeira, vem na contramão dos direitos conquistados, “desmontando-os, sob o argumento

96 Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da UFPB, Brasil e Investigadora integrada ao Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

de reduzir o gasto público, garantir condições de segurança econômica para atrair o capital financeiro, ser alavanca para o desenvolvimento e retirar o país da crise econômica” (p. 176).

Convém observar que, apesar de estarmos no século XXI, as promessas e justificativas do Estado brasileiro não guardam nenhuma originalidade. Sob a mesma motivação – o desenvolvimento –, Adam Smith, no final do século XVIII, prometera o bem-estar de todos, capitalistas e trabalhadores. A seu juízo, os motivos egoístas dos homens, modificados na ação recíproca, produziriam a opulência geral. O desenvolvimento econômico, no entanto, por mais de dois séculos, exceto o breve período do Estado de bem-estar social – que beneficiou trabalhadores de alguns países –, só favoreceu o capital.

Sobretudo entre as duas últimas décadas do século XX e neste século XXI, o capitalismo assume uma forma de desenvolvimento destrutivo que, apesar dos avanços tecnológicos e, portanto, do aumento da produtividade, a tendência tem sido a de maiores jornadas de trabalho, menores salários e reduzida ou nenhuma proteção social à classe trabalhadora. Como disse Basso⁹⁷ (2018), “a sociedade doente do desemprego padece, simultaneamente, do excesso de trabalho” (Idem, p. 27), cujas diferentes formas e baixas remunerações conduzem ao acirramento da competição intraclasse. Para o mesmo autor, “a lei da competição não é outra coisa senão a lei do indefinido rebaixamento do valor da força de trabalho” (Idem, p. 16), oportunamente usada pelo capital.

À medida que aumenta o desemprego, aumenta o poder de barganha dos empregadores. Estes, apoiados pelo Estado, não apenas aprofundam a exploração da força de trabalho, como também expropriam os direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, no Brasil, o presidente da República, sem nenhum escrúpulo, declara no *Jornal Nacional* que o trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego⁹⁸. Sob essa orientação, em sintonia com a flexibilidade e o discurso da autonomia, tão caros à racionalidade neoliberal, muitas empresas estão a transferir os riscos de suas atividades econômicas para os trabalhadores, de modo a aproximá-los cada vez mais da informalidade.

Ora, se o tratamento destinado aos trabalhadores ativos indica o aumento da precarização, é evidente que os inativos tendem a ser muito mais desvalorizados. Nesse sentido, a extinção da aposentadoria é o principal alvo – não declarado, mas implícito – da famosa PEC 287, o que justifica a preocupação de pesquisadores que têm o envelhecimento como objeto de

97 BASSO, P. **Tempos modernos, jornadas antigas**: vidas de trabalho no início do século XXI. Editora Unicamp, 2018.

98 INFOMONEY. Bolsonaro diz no JN que trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7589379/bolsonaro-diz-no-jn-que-trabalhador-tera-de-escolher-entre-direitos-e-emprego>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

pesquisa. Mediante estratégias que aumentam o número de contribuições e as idades para a obtenção do direito, o governo engendra um tipo de cálculo cujos beneficiários, sobretudo os das regiões mais pobres, provavelmente morrerão antes de ter acesso ao benefício. Não vou me deter aqui na fraude que justifica essa ação, uma vez que o tema é amplamente debatido no corpo do livro. A exemplo, Eneida Gonçalves de Macedo Haddad afirma, na página 48, que a Previdência brasileira é superavitária, não deficitária, assertiva que, por um lado, tem sido amplamente demonstrada por respeitados especialistas nessa área e, por outro, é enfaticamente negada pelo Estado.

Mesmo correndo o risco da repetição, não me parece demasiado enfatizar a funcionalidade do Estado neoliberal ao fim capitalista. Embora, historicamente, o Estado tenha sempre criado as condições para que o mercado atinja os seus objetivos, o neoliberalismo impõe a sua maximização capitalista, o que implica novas competências. O Estado, além de comportar-se como empresa, programa os indivíduos para viver numa sociedade de risco individual, na qual aos poderes públicos cumpre apenas fornecer informações, predominantemente sobre o mercado, para que os indivíduos possam fazer suas escolhas. Tais escolhas têm custos, a exemplo da previdência privada sugerida pelo governo brasileiro, que está a apavorar os trabalhadores, sobretudo aqueles que não têm nenhuma possibilidade de comprar esse serviço.

Para o governo brasileiro, no entanto, o trabalhador não se aposentar ou morrer sem ter tido acesso a uma ínfima aposentadoria é um mero detalhe. Importa mesmo que o Estado esteja sintonizado com a cartilha neoliberal e, por conseguinte, alinhado aos interesses do capital financeiro. Independentemente das consequências para milhões de trabalhadores, esse governo tão afeito à beligerância adota o neoliberalismo com a mesma irresponsabilidade que mimetizou o uso de uma arma como símbolo de campanha; seu único ato “importante” até agora se destina à concessão da posse de armas para todos os brasileiros.

O neoliberalismo, a meu juízo, é também uma arma. Muito mais que uma ideologia ou uma política econômica, é uma racionalidade (KUMAR, 1997⁹⁹; DARDOT; LAVAL, 2016¹⁰⁰) que estrutura a ação dos governantes e a conduta dos governados, deixando claro que a lógica do mercado atua “muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade ‘contábil’, pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 30).

99 KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

100 DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

Dado esse alcance, se queremos lutar contra o neoliberalismo, convém conhecê-lo por dentro. Não basta que o conheçamos teoricamente, embora esse conhecer seja indispensável. É imperativo que nos aproximemos da sua aplicação à vida dos trabalhadores, o que se torna possível nas mais de trezentas páginas desta coletânea, inteiramente dedicada a elucidar o caráter destrutivo do neoliberalismo na vida de trabalhadores, cujas experiências, ao contrário, deviam ser premiadas. Mas não. O momento que devia ser destinado à pausa, ao descanso, ao lazer, à segurança, tende a ser marcado por aflição, desrespeito, humilhação, insegurança, visto que o velho na sociedade capitalista é alguém que ou se torna invisível ou incomoda.

Se não fosse ingenuidade demais para uma pesquisadora marxista, eu ousaria argumentar que – usando parâmetros do próprio capital – o trabalho passado, ou o trabalho do indivíduo aposentado, está inscrito no trabalho morto, está acumulado na forma de bens de capital e, dada a imprescindibilidade desses bens (maior produtividade, menos exigência por força de trabalho etc.) para a manutenção do sistema, o idoso, se não apenas por ter contribuído com a previdência social, mas pela sua participação enquanto capital variável que se tornou capital fixo, merecia ser recompensado. Contudo, esse meu pensamento soaria como um patético romantismo em face do fim capitalista. Afinal, mesmo considerando que o capitalismo, na sua atual fase de desenvolvimento, encontra outras formas de acumular, só o trabalho vivo produz mais-valia. Na medida em que o indivíduo não é trabalhador produtivo nem improdutivo, em termos capitalistas, ele é tão somente um peso para a sociedade. O Estado, ou o “dispositivo Estado/mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016), só está interessado em indivíduos cujas escolhas e possibilidades redundem nos objetivos do mercado.

Os serviços e a proteção social de que os idosos precisam devem ser transformados em mercadoria, tal qual fora o seu trabalho. Sob essa lógica, o mercado de trabalho paga ao assalariado apenas enquanto esse estiver a produzir valor. “Isso implica reduzir ao mínimo e transferir às finanças públicas os elementos de salário socializado, ‘remercantilizar’ as reformas (fundos de pensão) e a saúde (seguros privados), até mesmo fazer desaparecer a própria noção de duração legal do trabalho” (HUSSON, 2018¹⁰¹). Nesse sentido, a fragilidade dos velhos tende a ser completamente usada a favor do capital. Quanto aos que não podem pagar, para não enfrentar a desgraça da resposta, prefiro não perguntar.

101 HUSSON, M. **Ferramentas para compreender o século XXI**. Disponível em: <<http://resistir.info/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Finalmente, ao agradecer o honroso convite para escrever este posfácio, eu gostaria muito de poder tecer algumas notas de otimismo, mas a realidade é desanimadora. De memória, tomo emprestado uma afirmação que fez Mészáros, em *O século XXI: socialismo ou barbárie*. Ante a ameaça de extermínio que sofre a humanidade, ao referir-se à segunda parte do título do seu livro – “socialismo ou barbárie” –, célebres palavras de Rosa de Luxemburgo, ele sugere um acréscimo, dizendo: “Barbárie se tivermos sorte”.

Essa referência, entretanto, não significa que se esvaiu toda a minha crença na força revolucionária. Apesar dos avanços da extrema direita desde o centro à periferia, apesar de Trump e de Bolsonaro, apesar do neoliberalismo, a história me remete à Segunda Grande Guerra. Numa das mais impressionantes visões dos campos de extermínio de Auschwitz, Primo Levi nos faz ver que uns sucumbem e outros se salvam.

Paço d’Arcos, 11 de março de 2019.